



Escola do Legislativo: amarga espera

Mais de 2 anos após cessão da Escola Acácio de Paula Leite pela Prefeitura, Câmara esbarra em questões legais para implantar novidade

ANDERSON FIRMINO
DA REDAÇÃO

Dois anos e meio após ter sido cedido pela Prefeitura de Santos à Câmara Municipal, o edifício onde funcionava a Escola Acácio de Paula Leite Sampaio, na Vila Nova, segue vazio. O sonho de levar a Escola do Legislativo e Cidadania (ELC) para o local, por ora, dá lugar à frustração.

De acordo com o presidente da Câmara, Adilson Júnior (PP), a ideia de ter a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) por meio de um braço seu no País, a ABC (Associação Brasileira de Cooperação), naufragou devido a um impedimento jurídico.

O Legislativo estuda um processo licitatório para realizar as obras e mantém vigilância e um jardineiro no local, para evitar o crescimento de mato.

“A gente não podia contratá-los. Para esse tipo de contrato, é preciso ter uma personalidade jurídica, por mais que a Câmara tenha um CNPJ. Não é apenas nós, isso vale para qualquer Legislativo do Brasil, diferentemente dos poderes Executivos. Foi uma grande frustração”, explica.

O vereador conta que a ideia inicial era ir além de uma simples intervenção com obras. “A Unesco tem esse braço de assessoria para intervenções urbanísticas em lugares tombados. São eles que estão fazendo a reconstrução do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Provei que é um patrimônio tombado não só do ponto de vista histórico, mas de arquitetura”, recorda.

Entre as intervenções necessárias, estão a colocação de aparelhos de ar-condicionado, reparo nas paredes e um sistema de bombeamento de água, bem co-



A Escola Acácio de Paula Leite deve receber a futura Escola do Legislativo e Cidadania: caminho será o da licitação para realizar as obras

mo obras de acessibilidade.

“Havíamos avançado, inclusive na possibilidade de abrir um espaço para que pudesse, por exemplo, compartilhar a Escola do Ministério Público. Também contamos com uma parte do setor administrativo e a TV Legislativa. Isso sem falar no arquivo, que está dentro da Câmara, mas perto do limite de capacidade”.

MARCA DA UNESCO

O presidente do Legislativo santista reforça que a ideia

HISTÓRICO

Obra do arquiteto Décio Tozzi, o edifício de 3,1 mil metros quadrados foi inaugurado em 1969, rendendo ao autor um prêmio de melhor projeto na Bienal Internacional de Arquitetura. A unidade manteve cursos de ensino Médio e Técnico, como Magistério e Contabilidade. O prédio do Acácio chegou a ser cedido ao Estado e posteriormente devolvido ao Município. Seu tombamento pelo Condepasa aconteceu em 2016. Em novembro de 2019, na presidência do vereador Rui de Rosís (União Brasil), uma solenidade realizada na área livre do imóvel marcou a transferência do prédio à Câmara. O decreto foi assinado pelo então prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB).

era aproveitar a expertise do organismo da ONU para além da reforma, visan-

do a realização de cursos com sua chancela. “Não queríamos a Unesco apenas gerenciando a obra. Queríamos a marca atrelada à da Câmara, até para aproveitar o bom nome que o organismo tem. Este ano, vamos ter aqui o Encontro das Cidades Criativas. Estávamos todos empolgados (com a possibilidade)”.

Adilson Júnior admite que pensava na formação de um *case* inédito de uma parceria legislativa com a Unesco. “A gente sonha, mas nem sempre ele se torna realidade como a gente deseja”, finaliza.

Cursos tiveram mais de 2,7 mil pessoas no ano passado

■ A Escola do Legislativo e Cidadania teve mais de 2,7 mil inscritos em 75 atividades no ano passado. O número, na opinião do coordenador Diogo Caixote, revela o interesse da população pelo espaço. “Você vê que tem adesão. Ela reconhece que é um espaço para se capacitar”, afirma. “A gente não consegue expandir por conta da questão do prédio do Acácio”.

Ele lembra que a Escola possui duas premissas: a capacitação do servidor e oferecer cursos e atividades de formação em cidadania para a população. Para o segundo semestre, o foco é a qualificação das áreas dos futuros servidores, oriundos do concurso público da Câmara, que estava previsto inicialmente para 2020 e deve ser retomado.

PERFIL

Um relatório mostra o perfil das pessoas que buscam as atividades da Escola do Legislativo e Cidadania é bem diversificado.

Segundo Caixote, no ano passado, foram 1.332 inscrições para o modo online (assistem no momento que está acontecendo) e 838 no modo EaD (ensino a distância, para assistência a qualquer hora). No presencial, foram 558.

“As mudanças na legislação obrigam o servidor a se manter em qualificação permanente”, complementa o coordenador da Escola.



O segundo trecho do VLT, que ligará a Estação Conselheiro Nébias ao Valongo, no Centro, terá mais uma etapa de obras a partir de hoje

Obras do VLT causam interdições

DANIEL GOIS
DA REDAÇÃO

As ruas Luís de Camões e Campos Melo, nos bairros Macuco e Vila Mathias, em Santos, terão trechos interditados hoje e amanhã, respectivamente, para obras na rede de drenagem, voltadas a expansão do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). A rota alternativa para os condutores de veículos será pela Avenida Conselheiro Nébias.

As interdições na Rua Luís de Camões ocorrem a partir das 9h, nos trechos entre as ruas João Guerra e Borges e entre a Rua Borges e a Avenida Conselheiro Nébias. A primeira interdição está prevista para durar até as 18h do dia 29 de julho, enquanto a segunda deve ir até o dia 15 de agosto.

OPÇÃO

Durante o período de interdições, a rota alternativa para os condutores de veículos será pela Avenida Conselheiro Nébias.

Amanhã, a partir da 0h, a Rua Campos Melo será interditada no trecho entre as ruas João Guerra e Xavier Pinheiro, para obras que visam a implementação da linha do VLT no local. O bloqueio vai até as 18h da quinta-feira seguinte.

Os bloqueios foram comunicados pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) de Santos no Diário Oficial de ontem. As obras são de responsabilidade da construtora Queiroz Galvão.



Dia a Dia

Ronaldo Abreu Vaio e equipe

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Câmara santista aprova descontos a devedores

Quem está inscrito na Dívida Ativa de Santos por débitos tributários ou não tributários com o Município deve ficar atento. A Câmara aprovou terça-feira, em primeira discussão, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 22/2022, do Poder Executivo, concedendo descontos e isenções a quem está em dívida com a Cidade para pagamentos, este ano, de dívidas inscritas até 31 de dezembro de 2021. A começar pela multa e juros, que terão cortes previstos de 90%, no caso de pagamento em cota única, até o último dia útil, dois meses após a publicação da lei; de 70%, para pagamento também em cota única, mas até 30 de novembro de 2022; de 50% em multa e juros se o pagamento for parcelado entre 13 e 24 vezes; e de 40%, caso o pagamento seja fatiado entre 25 e 36 vezes. Uma das exigências principais no texto é que o acordo firmado seja cumprido à risca: caso os prazos sejam desrespeitados, o devedor perde os benefícios. O PLC volta hoje a plenário para a segunda votação, às 16 horas.

Direção oposta

Incomodada com o chamado Orçamento Secreto, em que o Executivo Federal distribui verbas para emendas parlamentares com o único critério de angariar apoio no Congresso, a deputada federal Tábata Amaral (PSB-SP) resolveu ir na direção oposta.

Emendas por edital

Em visita ao Grupo Tribuna, Tábata explicou que está com um edital aberto para receber propostas de projetos, sejam de prefeituras ou de entidades sem fins lucrativos do Estado de São Paulo. Quem quiser se inscrever tem até o dia 24, pelo link bit.ly/emendasparlamentares22. "Em um primeiro momento, é só preencher o formulário com a ideia geral", explica Tábata. Após a seleção, serão exigidos mais detalhes e a documentação necessária.

Chancela

Pré-candidato à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Marcelo Del Bosco (MDB) esteve no Palácio dos Bandeirantes esta semana em reunião com o governador Rodrigo Garcia (PSDB). O encontro teve o objetivo de fortalecer a candidatura de Del Bosco à Alesp, a partir da Baixada Santista. Participaram da reunião o prefeito da Capital, Ricardo Nunes (MDB), e o presidente nacional do MDB, Baleia Rossi.

Aprovada a disciplina

A Câmara de Praia Grande aprovou, em primeira discussão, projeto de lei do vereador Rodrigo Rosário dos Santos (PP) que pretende disciplinar e dar mais transparência à atuação das organizações sociais (OSs) que atuam no Município. O PL prevê que as OSs sejam obrigadas a fornecer ao Executivo, ao Legislativo e ao Conselho de Saúde as escalas de plantão mensal dos profissionais de saúde.

ROBERTO CASABRO/FOTOARENA/ESTÁDIO CONTÍDIO



Arthur do Val

Talvez uma das sessões mais comentadas da Assembleia estadual nesta Legislatura tenha sido a que votou a cassação de Arthur do Val (União Brasil, foto).

Da Baixada

Entre os 73 votos, dos 94 possíveis, que aprovaram a cassação, estão os de Caio França (PSB), Tenente Coimbra (PL), Paulo Corrêa Júnior (PSD) e Wellington Moura (Republicanos). A exceção foi Professor Kenny (PP), que pediu a obstrução da matéria.

Com prefeitos

A obstrução é um artifício utilizado, via de regra, quando se quer adiar uma votação, para que o tema em questão seja melhor discutido. Em contato com a coluna, a assessoria de Kenny explicou que o líder da bancada, Delegado Olim (PP), colocou o partido em obstrução porque Kenny não estava em plenário - atendia a prefeitos do Interior. Mas o deputado salienta ter sido desde o início favorável à cassação.

Sem decore

Arthur do Val renunciou, após o processo de cassação ter sido levado adiante no Conselho de Ética da Casa, por quebra do decore parlamentar. Do Val teve vazadas falas machistas contra mulheres ucranianas, após uma viagem àquele país.



CONTRA PONTO

Por Carlos Raíton e colaboradores



TRIBUNA

Sem professores. A deputada federal Rosana Valle (PL) está lutando pela retomada do curso de Mecânica de Aviação na ETEC Santos Dumont, em Guarujá, que será fechado novamente, agora pelo fato de o Centro Paula Souza, mantenedor das ETECs, não conseguir atrair professores especializados por conta da baixa remuneração oferecida, em torno de R\$ 20,00 a hora/aula.

Reunião. Equipe da deputada se reuniu a do Centro, comandada pela assessora técnica de Gabinete, professora Sônia Rodrigues Charpentier, que relatou todas as dificuldades enfrentadas para manter o curso em funcionamento. "Não gostaríamos de fechar o curso que tem demanda e empregabilidade. Encontramos vários obstáculos para conseguir e pagar professores habilitados. Mas está irremediável manter", afirmou Sônia, referendada por membros da equipe técnica que informaram também não conseguir atender aos requisitos da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Fechado. O curso foi inicialmente fechado no primeiro semestre de 2019. Após vitória da ANAC, viabilizada pela deputada, o curso foi homologado em outubro de 2019 e reaberto em fevereiro de 2020. Além da baixa remuneração dos professores, o Centro Paula Souza não consegue professores com Certificado de Habilitação Técnica (CHT), a chamada carteirinha, exigida pela ANAC.

Revisão. No entanto, o representante da ANAC, André Stock Hoffmann, sugeriu a abertura de um processo para a revisão da norma que exige a CHT dos professores, a partir do envio, pelo Centro Paula Souza, das especificações hoje solicitadas pela ETEC. "Podemos tentar encontrar uma forma de resolver esta dificuldade para contratar professores", disse Hoffmann, se dispondo a encontrar meios para não fechar o curso.

Vai enviar. O Centro Paula Souza ficou de enviar à ANAC as exigências curriculares para a contratação de professores. Isso porque, respeitando a legislação e todo o regimento, a deputada não quer o fechamento de um curso tão importante, que formou gerações, sobretudo quando a Baixada Santista está cada vez mais perto de contar com seu primeiro aeroporto com voos comerciais.

Audrey. A vereadora Audrey Kleys (Progressistas) apresentou um Projeto de Lei que tem como objetivo fazer com que as concessionárias de serviços públicos informem à população, de forma clara, os motivos de intervenções em ruas e calçadas da cidade quando as interdições nos espaços ultrapassarem 12 horas.



Santos: casos de Covid sobem 26% e prefeitura faz alerta

» Os casos positivos de covid-19 em relação ao total de testes e exames realizados aumentaram no último mês entre moradores de Santos, conforme o e-SUS, plataforma do Ministério da Saúde. Na semana de 3 a 9 de abril, das 1.051 notificações registradas pelo sistema federal, 171 referiam-se a casos positivos (16%). Na última semana, de 8 a 14 de maio, das 1.247 notificações registradas pelo mesmo sistema, 326 (26%) correspondem a casos positivos.

A Secretaria de Saúde de Santos faz um alerta para a situação, em especial no que se refere à vacinação das doses de reforço, já que o número de pessoas com estas doses em atraso é expressivo: 112.118



DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SANTOS

Em Santos, 112.118 não retomaram para a primeira dose de reforço

para a primeira dose de reforço (36% dos que já cumpriram o intervalo e têm direito a esta dose) e 38.614 não retornaram para o segundo reforço (49,1% dos que cumpriram o intervalo).

PANDEMIA NÃO ACABOU.

É necessário manter ainda outros cuidados para evitar contaminação pelo coronavírus: higienizar constantemente as mãos, manter as superfícies limpas, usar máscaras no transporte público e nas unidades de saúde e evitar aglomerações.

Outras práticas de etiqueta respiratória também são bem-vindas: ao tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com a parte interna do braço (na altura do cotovelo) ou lenço descartável (que deve ser descartado na sequência); se estiver doente, usar máscara e evitar contato próximo com outras pessoas. (DL)